

**FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS
PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E
EDUCACIONAL – FASE**

**RELATÓRIO SOBRE O EXAME
DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL – FASE**RELATÓRIO SOBRE O EXAME DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023****ÍNDICE**

DESCRIÇÃO	N ^{OS} DAS PÁGINAS
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	1 A 3
BALANÇOS PATRIMONIAIS	4
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS	5
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	8
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	9 A 24

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Rua Gal. Joaquim Inácio, 790
Empresarial Sá Leitão, 9º Andar
CEP: 50.070-495 Paissandu - Recife - PE
Fone/fax: 81 3366.9922
saleitao@saleitao.com.br
www.saleitao.com.br

Aos
Conselheiros e Administradores do
Federação de Órgãos para Assistência
Social e Educacional – **FASE**
Rua das Palmeiras, 90 – Botafogo
Rio de Janeiro – RJ
CEP: 22.270-070

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – **FASE**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício social findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos que possam advir dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada de “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – **FASE** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades Sem Finalidade de Lucros (ITG 2002 (R1)). e às Pequenas e Médias Empresas (NBC TG 1000 (R1)).

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na Notas Explicativas Nos 2.6. e 5, a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – **FASE**, não possuía, para 31 de dezembro de 2023, uma posição atualizada do controle patrimonial dos bens da Entidade que possibilitasse a identificação, de forma individualizada, da totalidade dos bens integrantes do saldo contábil do seu ativo imobilizado, no montante de R\$ 1.304.246,55 (Em 31.12.2022: R\$ 1.266.136,39). Adicionalmente, não foi determinada a vida útil econômica estimada dos bens classificados no ativo não circulante – imobilizado do Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – **FASE**, necessária para o cálculo das quotas de depreciação, conforme disposto na Resolução nº 2017/NBCTG27(R4), de 22 de dezembro de 2017, que aprovou a Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC TG 27 (R4) – Ativo Imobilizado, e na Resolução nº 1.263, de 10 de dezembro de 2009, que aprovou a Interpretação Técnica Geral – ITG 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento, ambas do Conselho Federal de Contabilidade – CFC e que têm por base, respectivamente, o Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado, e a Interpretação Técnica ICPC 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43, cuja aplicação tornou-se obrigatória a partir do exercício social findo em 31 de dezembro de 2010, conforme estabelecido na Resolução CFC nº 1.281 de 16 de abril de 2010. Como consequência, ficamos impossibilitados de concluir sobre a razoabilidade dos saldos apresentados em 31 de dezembro de 2023 nas contas do ativo não circulante – imobilizado e seus reflexos nas contas do resultado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 e no patrimônio líquido.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria (sendo estas últimas relativas àquelas publicadas pela Federação Internacional de Contadores – IFAC). Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – **FASE**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Auditoria das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022

O exame das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, os quais emitiram relatório de auditoria datado de 20 de junho de 2023, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Entidades sem Finalidade de Lucros (ITG 2002 (R1)) e às Pequenas e Médias Empresas (NBC TG 1000 (R1)), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança da Entidade a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife – PE, 28 de junho de 2024.

DocuSigned by:


D15C1F099796403

Jefferson Batista de Oliveira
Sócio Responsável
Contador CRC-PE 16.627/O-8
Sá Leitão Auditores S/S
CNPJ: 35.330.125/0001-64
CRC-PE 000.369/O-8



Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais)

Ativo	Nota	2023	2022	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2023	2022
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	03	57.574.025,63	37.968.501,38	Fornecedores de bens e serviços	06	107.877,45	105.682,05
Créditos a receber	04	3.042.353,04	1.719.489,83	Obrigações trabalhistas e sociais	07	1.035.763,34	1.004.292,71
		60.616.378,67	39.687.991,21	Obrigações tributárias	08	170.128,32	160.805,10
				Bancos contas movimento (saldo devedor)		-	926,35
				Recursos de projetos em execução	09	50.659.841,25	31.832.960,20
						51.973.610,36	33.104.666,41
Não circulante				Patrimônio líquido	11		
Empréstimos a entidades congêneres (RLP)		-	20.000,00	Patrimônio social		7.869.461,18	7.783.769,99
Imobilizado	05	1.304.246,55	1.266.136,39	Superávit (Déficit) acumulado		2.077.553,68	85.691,20
		1.304.246,55	1.286.136,39			9.947.014,86	7.869.461,19
Total do ativo		61.920.625,22	40.974.127,60	Total do passivo e do patrimônio líquido		61.920.625,22	40.974.127,60

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais)

	Nota	2023	2022
Receitas operacionais			
Com restrição			
Receitas de prestação de serviços sociais/atividades	12.1	1.381.274,01	1.163.915,47
Recursos públicos	12.2	3.972.677,54	3.432.998,11
Recursos de agências da cooperação internacional	12.3	15.069.722,26	11.453.970,70
Doações e contribuições de pessoas jurídicas		1.856.884,76	1.171.670,05
Receitas financeiras	12.4	7.546,57	2.901.772,64
		22.288.105,14	20.124.326,97
Sem restrição			
Recursos próprios		793.854,06	-
Receitas financeiras	12.4	1.132.596,74	774.357,95
Outras despesas (receitas)	12.5	200.545,63	45.834,32
		2.126.996,43	820.192,27
Custo da prestação de serviços sociais/atividades	13	(17.332.455,17)	(16.065.332,87)
Resultado bruto		7.082.646,40	4.879.186,37
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	14	(4.519.806,93)	(4.175.754,86)
Despesas tributárias	15	(28.006,41)	(26.477,32)
Depreciações	5	(295.893,07)	(244.520,00)
Despesas financeiras		(100.870,18)	(97.945,93)
Outras despesas	16	(60.516,13)	(11.346,04)
		(5.005.092,72)	(4.556.044,15)
Superávit (Déficit) do exercício		2.077.553,68	323.142,22

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em Reais)

	2023	2022 (Reapresentado)
Superávit (Déficit) do exercício	2.077.553,68	323.142,22
Outros resultados abrangentes	-	-
Superávit (Déficit) abrangente do exercício	2.077.553,68	323.142,22

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em Reais)

	Patrimônio Social	Superávit (déficit) acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (Reapresentado)	6.983.614,40	800.155,59	7.783.769,99
Incorporação do Resultado de 2021 ao Patrimônio Social	800.155,59	(800.155,59)	-
Ajustes de exercícios anteriores (nota 11.3)	-	(237.451,02)	(237.451,02)
Superávit do exercício	-	323.142,22	323.142,22
Saldos em 31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)	7.783.769,99	85.691,20	7.869.461,19
Incorporação do Resultado de 2022 ao Patrimônio Social	85.691,20	(85.691,20)	-
Ajustes de exercícios anteriores (nota 11.3)	-	(0,01)	(0,01)
Superávit do exercício	-	2.077.553,68	2.077.553,68
Saldos em 31 de dezembro de 2023	7.869.461,19	2.077.553,67	9.947.014,86

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Reais)

	2023	2022 (Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (Déficit) do exercício	2.077.553,68	323.142,22
Ajustes por:	-	-
Depreciação	295.893,07	244.520,00
Resultado na baixa de bens do ativo imobilizado	-	11.346,04
Ganho na venda de bens do imobilizado	(141.000,00)	(45.000,00)
Superávit (Déficit) do exercício ajustado	2.232.446,75	534.008,26
(Aumento) redução nos ativos circulantes e no realizável a longo prazo :		
Créditos a receber	(1.322.863,21)	(1.532.233,94)
Realizável a longo prazo	20.000,00	(20.000,00)
	(1.302.863,21)	(1.552.233,94)
Aumento (redução) nos passivos circulantes:		
Fornecedores de bens e serviços	2.195,40	2.885,69
Obrigações trabalhistas e sociais	31.470,63	87.831,23
Obrigações tributárias	9.323,22	26.005,50
Bancos contas movimento (saldo devedor)	(926,35)	926,35
Recursos de projetos em execução	18.826.881,05	(1.340.038,38)
	18.868.943,95	(1.222.389,61)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	19.798.527,49	(2.240.615,29)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Recursos recebidos pela venda de bens do ativo imobilizado	141.000,00	45.000,00
Aquisição de imobilizado	(334.003,23)	(218.330,08)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	(193.003,23)	(173.330,08)
Diminuição líquido de caixa e equivalentes de caixa	19.605.524,26	(2.413.945,37)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	37.968.501,38	40.382.446,75
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	57.574.025,64	37.968.501,38

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Objetivos

A FASE, constituída em 30 de novembro de 1961 como uma associação de direito privado, de fins não econômicos, de caráter beneficente, educativo e de assistência social tem como objetivos:

- a) Promover nas parcelas da população com as quais trabalha a Educação e o Desenvolvimento, incentivando para tal, comportamentos de participação, organização e solidariedade, e criando ou estimulando, para este fim, atividades, movimentos, organismos e associações, bem como promovendo o associativismo e o cooperativismo, a defesa do meio-ambiente e a educação ambiental;
- b) Contribuir para a inclusão econômica, para o enfrentamento da pobreza, para a garantia dos mínimos sociais, para o provimento de condições para atender às contingências sociais, e para a universalização dos direitos sociais do público beneficiário dos seus trabalhos;
- c) Executar atividades de assistência técnica e extensão rural, inclusive para o público da agricultura familiar, adotando metodologia participativa, com enfoque e equipe multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública, por meio da elaboração de planos, projetos e outras ações necessárias para realizar seus objetivos;
- d) Criar, aperfeiçoar e transmitir uma metodologia que instrumentalize os seus objetivos, assim como divulgar resultados de pesquisas, estudos e avaliações.

Missão

É missão da FASE, contribuir para a construção de uma sociedade democrática através de uma alternativa de desenvolvimento que contemple a inclusão social com justiça, a sustentabilidade do meio ambiente e a universalização dos direitos sociais, econômicos, culturais e ambientais, civis e políticos.

Certificações e Registros

A FASE está registrada no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) sob nº 116.356/62, nos Conselhos Municipais de Assistência Social (CMAS) do Rio de Janeiro (CMAS) sob o nº 0158/99, do Recife sob o nº 230/2010; de Belém sob o nº 186/2019; de Vitória sob o nº 53/2019; de Salvador sob o nº 132/2012; de Mutuípe sob o nº 03/2012; de Presidente Tancredo Neves sob o nº 007/2012; de Cáceres sob o nº 03/2013; possui o título de Utilidade Pública Estadual/UPE-RJ (Lei 909 de 04/02/66 – D.O.E 10/02/66). É portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), protocolo nº 235874.0015559/2020, para o período 2020-2023, Portaria Interministerial Nº 119/2020 (D.O.U nº 167 de 31/08/2020). É membro da Associação Brasileira de Organizações não Governamentais (ABONG) e está registrada no Cadastro Nacional de Entidades Ambientais do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CNEA/CONAMA), Portaria Interministerial nº 154/2003 (D.O.U 31/03/2003) e na European Commission's Authentication Service (ECAS/PADOR) sob o n.º BR-2008-EIY-0702756386.



2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas pela Administração da entidade, sendo de sua responsabilidade e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), estando em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. Como se trata de uma associação sem fins lucrativos, as demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com o disposto na norma contábil “Interpretação Técnica Geral – ITG 2002 (R1) – Entidade Sem Finalidade de Lucros”, aprovada pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade – CFC nº 2015/ITG2002(R1), de 02 de setembro de 2015. Naqueles aspectos não abordados pela ITG 2002 (R1), conforme determina esta Interpretação, foram adotadas as práticas contábeis vigentes no Brasil dispostas na “NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas”, aprovada pela Resolução CFC nº 2016/NBCTG1000(R1). A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pela Administração da entidade em 03 de junho de 2024.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto as aplicações financeiras apresentadas a valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional utilizada pela entidade é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis.

2.4. Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas emitidas pelo CPC exige que a Administração da entidade faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir das estimativas. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A entidade revisa suas estimativas e premissas anualmente. As informações sobre estimativas e premissas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material nas demonstrações contábeis do próximo exercício financeiro, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota 05 – Imobilizado;

Nota 19 – Provisão para contingências

2.5. Demonstração do resultado abrangente

A demonstração do resultado abrangente está sendo apresentada, uma vez que a entidade apurou registros contábeis de outros resultados abrangentes, sejam receitas ou despesas, diferentes daqueles que já estão apresentados nas demonstrações do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

2.6. Principais práticas contábeis adotadas

As políticas contábeis, descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

a) Receitas e despesas

As receitas e despesas foram contabilizadas de acordo com o regime contábil de competência. Os valores com destinação específica, vinculados a contratos, convênios e outros instrumentos, foram alocados nas contas de resultado (receitas) em base sistemática e racional, com valores iguais aos da execução das respectivas despesas. Doações de bens patrimoniais são contabilizadas diretamente no patrimônio social. Os superávits apurados em cada exercício fiscal são integralmente destinados à manutenção e ao desenvolvimento dos objetivos estatutários da entidade.

b) Ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com razoável segurança. Um passivo é registrado no balanço patrimonial quando a entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas até a data do balanço. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os saldos dos projetos a executar são mantidos em contas de passivo enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias das datas dos balanços e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado (Nota Explicativa nº 3). As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado”.

d) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. A Instituição não realizou a avaliação da vida econômica útil desses ativos em 2023, mantendo as diretrizes utilizadas em exercícios anteriores quanto à estimativa de vida útil e taxas de depreciação. Foi realizado um levantamento dos ativos, atualização da situação real, para uma revisão para verificação da recuperabilidade dos ativos (impairment).

Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear, utilizando taxas fiscais.

e) Redução ao valor recuperável (impairment)***Ativos financeiros (incluindo recebíveis)***

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à entidade sobre condições de que não aceitaria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A entidade considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis e ativos financeiros mantidos até o vencimento) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva a entidade utiliza tendências históricas de probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável em relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra empréstimos e recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida através do resultado.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da entidade são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. A Administração não identificou qualquer indicação que evidenciasse perda de valor recuperável dos ativos não financeiros em 31 de dezembro de 2023.

f) Obrigações tributárias e previdenciárias – Imunidade tributária (CF, art. 150, inciso VI, alínea “c”)

A entidade, por sua finalidade e objetivos e atender aos requisitos da legislação em vigor, usufrui de isenção do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), da Contribuição Previdenciária Patronal (CPP/INSS), da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Taxa de Incêndio e demais impostos e contribuições alcançados pela sua condição de entidade imune. O valor da renúncia fiscal decorrente do não recolhimento das contribuições previdenciárias patronais está evidenciado na Nota Explicativa nº 17 como se tais obrigações devidas fossem.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2023	2022
Caixa	2.050,00	2.050,00
Bancos contas movimento – recursos sem restrição	1,00	10.383,47
Bancos contas movimento – recursos com restrição (i)	1.053.055,59	1.262.261,99
Aplicações de liquidez imediata – recursos sem restrição (ii)	8.899.006,54	7.025.471,98
Aplicações de liquidez imediata – recursos com restrição (i) (ii)	47.619.912,50	29.668.333,94
Totais	57.574.025,63	37.968.501,38

- (i) Recursos com restrição de movimentação decorrente de cláusula contratual de projetos em execução, depositados em contas bancárias específicas.
- (ii) A fim de remunerar sua disponibilidade, a entidade busca alocar seus recursos em produtos bancários de aplicação financeira em quotas de fundos, notadamente de baixo risco e com liquidez diária, podendo ser negociados por prazos determinados em contrapartida ao aumento significativo de sua rentabilidade. As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa. Contam com a solidez de bancos de primeira linha (Banco do Brasil S/A, Caixa Econômica Federal, Banco do Estado da Amazônia, Banco Bradesco S/A e Banco Itaú S/A) e garantia de até R\$ 250 mil do FGC – Fundo Garantidor de Créditos.

4. CRÉDITOS A RECEBER

	2023	2022
Contas a receber (i)	63.286,70	271.556,12
Adiantamentos terceiros (ii)	176.418,77	3.127,75
Adiantamentos terceiros BNDES (iii)	2.650.108,56	1.318.532,27
Adiantamentos Projetos PPM (iv)	30.950,80	-
Créditos de funcionários (v)	9.652,19	5.040,43
Tributos a recuperar (vi)	36.076,87	36.076,87
Depósitos restituíveis (vii)	43.456,42	41.956,42
Despesas antecipadas (viii)	32.402,73	43.199,97
Totais	3.042.353,04	1.719.489,83

- (i) Valores a receber de pequena monta;
- (ii) Adiantamentos a fornecedores;
- (iii) Adiantamentos a projetos BNDES;
- (iv) Adiantamentos a projetos PPM;
- (v) Adiantamentos para despesas e antecipação de salários;
- (vi) Impostos e contribuições retidos na fonte ou pagos indevidamente;
- (vii) Depósitos judiciais trabalhistas e de garantia contratual (caução);
- (viii) Despesas do exercício seguinte (assinaturas, seguros e vale transporte).



5. IMOBILIZADO

Composição do Imobilizado

Descrição	Taxa de depreciação	Custo de aquisição em 31/12/2023	Depreciações acumuladas em 31/12/2023	Imobilizado líquido em 31/12/2023	Imobilizado líquido em 31/12/2022
Imóveis de uso próprio		1.791.926,00	- 1.296.265,17	495.660,83	539.595,67
Edificações	4	1.791.926,00	- 1.296.265,17	495.660,83	539.595,67
Bens Móveis		2.498.298,77	- 1.689.713,05	808.585,72	726.540,72
Máquinas e equipamentos	10	75.571,89	- 8.648,63	66.923,26	12.776,03
Móveis e utensílios	10	718.636,85	- 490.266,90	228.369,95	209.822,83
Informática	20	800.306,44	- 524.311,88	275.994,56	176.775,59
Veículos	20	903.783,59	- 666.485,64	237.297,95	327.166,27
Totais		4.290.224,77	- 2.985.978,22	1.304.246,55	1.266.136,39

Movimentação do Imobilizado

Descrição	Imobilizado líquido em 31/12/2022	Aquisições em 2023	Baixas/Venda	Baixa Depreciação em 2023	Depreciação em 2023	Imobilizado líquido em 31/12/2023
Imóveis de uso próprio	539.595,67	-	-	-	- 43.934,84	495.660,83
Edificações	539.595,67	-	-	-	- 43.934,84	495.660,83
Bens Móveis	726.540,72	334.003,23	- 203.010,77	203.010,77	- 251.958,23	808.585,72
Máquinas e equipamentos	12.776,03	57.248,90	-	-	- 3.101,67	66.923,26
Móveis e utensílios	209.822,83	58.592,92	-	-	- 40.045,80	228.369,95
Informática	176.775,59	182.261,41	-	-	- 83.042,44	275.994,56
Veículos	327.166,27	35.900,00	- 203.010,77	203.010,77	- 125.768,32	237.297,95
Totais	1.266.136,39	334.003,23	- 203.010,77	203.010,77	- 295.893,07	1.304.246,55

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. A instituição não realizou a avaliação da vida econômica útil desses ativos em 2023, mantendo as diretrizes utilizadas em exercícios anteriores quanto à estimativa de vida útil e taxas de depreciação. Não foi realizada uma revisão para verificação da recuperabilidade dos ativos (impairment). A instituição contratou uma empresa para realizar a revisão dos itens do imobilizado, avaliando a necessidade de rescisão da vida útil econômica e a respectiva recuperabilidade dos ativos. Eventuais ajustes serão realizados no exercício de 2024 e apresentado nas demonstrações contábeis deste exercício.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear, utilizando taxas fiscais, conforme demonstrado a seguir:

<u>Grupo</u>	<u>Vida útil</u>
Edificações	25 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Informática	5 anos
Veículos	5 anos

6. FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS

	2023	2022
Fornecedores de bens e materiais de consumo	66.564,64	10.643,47
Prestadores de serviços a pagar	34.339,03	83.196,10
Outras contas a pagar	6.973,78	11.842,48
Totais	107.877,45	105.682,05



7. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS

Registra o valor da provisão de férias e dos respectivos encargos calculada com base nos direitos adquiridos pelos empregados até 31 de dezembro de cada exercício, o valor dos encargos sociais e outras obrigações trabalhistas e sociais a pagar/recolher.

	2023	2022
Salários e ordenados a pagar	8.191,57	-
Provisão de férias e encargos	958.397,89	860.350,90
Programa saúde ocupacional a pagar	526,80	711,00
Plano saúde em grupo a pagar	524,22	338,34
Seguro vida em grupo a pagar	5.140,03	9.446,49
FGTS a pagar	-	72.370,88
Previdência social a pagar/recolher (2305 CLT)	59.606,52	57.421,86
Previdência social a pagar/recolher (2305 AUT)	3.108,00	2.280,00
Previdência social a pagar/recolher (2631)	16,96	16,96
Previdência social a pagar/recolher (F Rural)	251,35	1.356,28
Totais	1.035.763,34	1.004.292,71

8. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Registra o valor dos tributos a recolher retidos na fonte:

	2023	2022
IRRF PF a recolher (0561)	166.908,04	152.660,82
IRRF PF a recolher (0588)	194,27	581,84
IRRF PJ a recolher (1708)	438,80	1.419,75
COFINS/CSLL/PIS a recolher (5952)	1.860,21	5.558,58
ISSRF a recolher	727,00	584,11
Totais	170.128,32	160.805,10

9. RECURSOS DE PROJETOS EM EXECUÇÃO

Valor dos saldos apurados em 31 de dezembro de projetos sociais vinculados a convênios e contratos cuja aplicação ocorrerá no exercício seguinte.

	2023	2022
Recursos vinculados a convênios com órgãos públicos (i)	26.653.482,07	20.294.525,82
Contratos com agências da cooperação internacional (ii)	24.000.053,95	11.425.970,77
Outros recursos (iii)	6.305,23	112.463,61
Totais	50.659.841,25	31.832.960,20

(i) Convênios com órgãos públicos

	2023	2022
1203 - PA/FUNDO SOCIAMBIENTAL/MPF	1.416.145,22	1.939.508,82
1205 - NAC/CONTRATO 18.2.0311.1/BNDES	5.596.489,20	444.086,15
1535 - PA/FUNDO DEMA/IBAMA (nota 10)	19.640.847,65	17.910.930,85
Totais	26.653.482,07	20.294.525,82



(ii) Contratos de cooperação internacional

	2023	2022
1198 - NAC-PLANO TRIENAL	71.382,97	-
1199 - NAC-PLANO TRIENAL	(84.760,88)	(84.760,88)
1201 - MT-MISEREOR	75.979,81	(129.354,70)
1202 - ES-MISEREOR	(378.771,95)	(845.246,40)
1208 - PA-SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL-HBS	(281,80)	163,82
1209 - NAC-FORTALECENDO...-MISEREOR	(80.942,46)	(116.013,17)
1215 - BA-BAHIA PRODUTIRVA-ATER	-	47.565,84
1227 - NAC-INCIDENCIA POLITICA-MISEREOR	(23.630,32)	-
1228 - RJ- CAPTAÇÃO AGUA DUQUE DE CAXIAS-FUJB	(30.516,79)	-
1229 - RJ-CONSTRUINDO TERRIT SAU DAVEIS-FIO	(7.415,54)	-
1230 - RJ-TRAB JUSTO MULHERES FAVELAS-MMFD	413.223,85	-
1231 - PA-APOIO COMUN ABETETUBA-RAN	116.909,63	-
1232 - NAC-POLITICAL DIALOGUE-CLUA	566.269,72	-
1233 - NAC-DEFESA DOS BENS COMUNS-AL-FFORD	364.120,06	-
1235 - PA-REDE DE FUNDOS-CLUA	330.956,20	-
1237 - PA-APOIO CLUA-CLUA	1.060.175,00	-
1238 -PA-FORTALECER A DEFESA-CCFD	157.812,00	-
1501 - ES-PROJETOS PONTUAIS-DIVERSOS	(93,38)	8.601,81
1505 - AM-CLIMA NA AMAZONIA	12.074,02	594.605,03
1506 - BA-ATER AGROECOLOGIA	455.665,59	307.046,98
1512 - PE-LIBERTA ELAS/SJDH	456,00	422,09
1515 - PE-FASE-IPA	-	2.444,80
1517 - MT-PROJ TECENDO A AGROECOLOGIA	550.715,38	239.302,54
1520 - PE-OCUPAÇÃO MARIELLE FRANCO/OAK	-	14,17
1524 - NAC-PROJETO BUILD-F FORD	1.209.301,30	1.335.223,56
1525 - BA-ARTICULAÇÃO TERRIT	-	407,25
1527 - PA-TODOS OLHOS NA AMAZONIA-GREENPEACE	18.134,47	20.973,18
1528 - NAC-COSTURANDO MODA DIREITOS-L FOUNDATI	2.480.406,47	2.335.872,25
1530 - PA-CLUA FUNDO DEMA-CLUA	1.874,02	1.078.780,04
1531 - NAC-PROJ BUILD INSTIT	726.253,15	1.235.665,72
1532 - PA-FUNDO DEMA-F FORD (nota 10)	1.046.814,40	1.278.681,29
1534 - PE-URBAN PARTICIPATION...-OAK FOUNDATION	-	(1.171,37)
1536 - ES-SHELL EM SUDAMÉRICA...-MILIEUDEFENSIE	14.696,23	(53.334,59)
1537 - NAC-CARTA DE BELEM-MT	-	(18.160,78)
1538 - NAC/PROJ FOLLOWSHIP/	-	3.795,55



	2023	2022
1539 - PA/PROJ OPEN CESTAS/O	-	(675,01)
1544 - PA/PROJETO CASA/GGF	-	1.917,67
1555 - PA/FORTALECER O BEM VIVER.../ASW	(861,84)	(861,84)
1558 - NAC-ACORDOS-HEKS/EPEK	3.045,25	1.609,74
1565 - NAC-PROJ DIVS- HBS	(7.171,25)	(14.551,63)
1566 - MT-CAMINHOS DA AGROECOLOGIA/IPA	114.882,78	394.369,87
1567 - PE-PLANO URBANISTICO-CEHAB	-	100.919,25
1568 - PE-DIREITOS E BEM VIVER-OAK	122.687,65	105.166,71
1569 - PA-FORTALECIMENTO INST-ASW	-	2.012,83
1570 - PE-SOS RECIFE-OXFAM	40,89	40,89
1571 - ES-SEMI CAMPANHA 23-GGF	55.419,38	77.625,00
1572 - PE-SEC MULHER PESCA LITORAL-SM	-	16.506,13
1573 - PE-SEC MULHER PESCA URBANA-SM	-	7.761,97
1574 - BA-ATER BIOMAS-ATER	(160.384,26)	164.839,16
1575 - NAC-25 ANOS.../IBIRAPITANGA	21.680,46	85.000,00
1576 - PE-EDUC AMB COM JOVENS-SEMAS	-	29.992,50
1577 - NAC-SPF 2022-STICHTING HIVOS	-	-
1578 - MT-QUINTAIS PRODUTIVOS-FBB	(37.455,93)	-
1579 - MT-ENCONTROS DE MULHERES-MMFDH	208.539,71	-
1580 - MT-PROJ TRANSIÇÃO LAUDES-PORTICUS	505.469,72	-
1582 - PA-OPEN CIDADES-OPEN SOCIETY	1.841.770,09	-
1583 - PE-PROJ 233-917-1041-MISEREOR	(69.259,15)	-
1584 - ES-PROJ ENERGY TRANSITION FUND/RPA	23,55	54.070,00
1585 - PA-AMAZONIA COMUNITARIA-ASW	101.151,39	-
1586 - PA-PROJ AQUILOMBAR I -CLUA	3.765.803,51	-
1587 - NAC-GNA-APOIOS PONTUAIS-DIVS	18.118,11	-
1588 - PA-PROJ AQUILOMBAR-TENURE FACILITY	5.326.053,77	-
1589 - PA-SANEAMENTO ESCOLAS-HPH BRASIL	(2.897,95)	-
1599 - OUTROS CONVENIOS	-	31.641,17
1701 - FUNDO RESERVA	930.251,22	1.338.945,75
1702 - FUNDO CAPITAL DE GIRO	1.214.380,69	1.251.084,14
1704 - CAPITAL DE GIRO MATO	377.723,29	446.508,96
1705 - CAPITAL DE GIRO AMAZ	23.652,55	18.350,82
1706 - CAPITAL DE GIRO BAHIA	609.919,40	38.506,23
1707 - CAPITAL DE GIRO RIO DE JANEIRO	(11.948,94)	(5.881,79)
1708 - CAPITAL DE GIRO ESPIRITO SANTO	97,91	100,78
1709 - CAPITAL DE GIRO PERNAMBUCO	(7.537,40)	39.447,44
1710 - COMODATO-ASPTA	(9.947,80)	-
Totais	24.000.053,95	11.425.970,77

(iii) Outros recursos

	2023	2022
1519 - BA/ALIMENTAÇÃO SAUD CAMPO.../I. IBIRAPITANGA	-	112.463,61
1523 - NAC/CONF POPULAR.../I IBIRAPITANGA	6.305,23	-
Totais	6.305,23	112.463,61



10. PROJETO PA/FUNDO DEMA/IBAMA

Criado em 2003 a partir da doação com encargos de 6.000 toras de mogno (*Swietenia macrophylla* King) apreendidas pelo IBAMA, o FUNDO DEMA, uma homenagem a Ademir Alfeu Federicci, Dema para os amigos, líder dos movimentos sociais da região Altamira/Xingu, assassinado em 2001, é um fundo permanente de financiamento de projetos de proteção ambiental, manejo florestal comunitário e ações de desenvolvimento e inclusão social. A doação qualificada do mogno apreendido golpeou a exploração ilegal e selou uma aliança inédita entre o Governo Federal, [javascript:LoadImage\('http://www.fase.org.br/fotos/2003/08/426.jpg'\)](http://www.fase.org.br/fotos/2003/08/426.jpg); o Ministério Público, as ONGs e os movimentos sociais da região em favor do desenvolvimento sustentável e democrático da Amazônia. O fundo é de responsabilidade da FASE e deverá, de acordo com as tradições e missão desta instituição, ser gerido de forma compartilhada com as entidades e movimentos sociais da região de origem da madeira. O seu regulamento prevê o funcionamento de um comitê gestor e um conselho consultivo garantindo, assim, em primeira instância, a representação dos movimentos e entidades da região Altamira/Xingu. O fundo é mantido pelo aporte inicial resultante da doação do IBAMA, pela contribuição da Fundação Ford em 2005 de R\$ 2.227.000,00 e pelas receitas financeiras decorrentes da aplicação das disponibilidades em fundos de investimentos geridos pelo Banco da Amazônia S/A.

DEMONSTRATIVO DO SALDO DO FUNDO DEMA/IBAMA	2023	2022
Saldo inicial	19.189.612,14	17.573.074,03
Receitas Financeiras	2.391.603,03	1.970.513,97
(-) Despesas de atividades e administrativas do Fundo	(893.553,12)	(353.975,86)
Saldo em 31 de dezembro	20.687.662,05	19.189.612,14

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

11.1. Patrimônio Social

Registra os valores dos superávits e déficits apurados em cada exercício e aprovados pela Assembleia Geral da FASE, dos ajustes decorrentes de retificação de valores do ativo imobilizado e de erro contábil imputável a determinado exercício anterior, dos bens recebidos por doação e da devolução de recursos de projetos encerrados em exercícios anteriores. Tendo-os seguintes valores de Patrimônio Social em 2023 o valor de 7.869.461,18 e, em 2022 de 7.546.318,97.

11.2. Superávit (déficit) acumulado

Registra o valor do superávit (déficit) do último exercício a ser submetido à apreciação da Assembleia Geral. Tendo-os seguintes valores de superávits em 2023 o valor de 944.956,94 e, em 2022 de 323.142,22.

11.3. Ajustes de exercícios anteriores

Registra a retificação de registros ocorridos em exercícios anteriores. Considerando a irrelevância do ajuste, sem prejuízo na contabilidade e comparabilidade das informações, consoante na NBC TG 23 (R2) as demonstrações contábeis da FASE não foram reapresentadas. Apresentamos abaixo a composição da conta Ajuste de Exercícios Anteriores, relativo aos exercícios de 2023 e 2022.

	2023	2022
Ajuste saldo - 1524 - NAC/PROJ. BUILD/F FORD	-	47.160,72
Ajuste saldo - 1531 - NAC/PROJ. BUILD INST./F FORD	-	119.239,28
Glosado devolução convenio ALEPA-PA	-	71.051,02
Ajuste saldo - 1216 - MDA	0,01	-
Totais	0,01	237.451,02

12. RECEITAS OPERACIONAIS

12.1.Receitas De Prestação De Serviços Sociais/Atividades

Registra os recursos provenientes de contratos de prestação de serviços sociais, cujo resultado financeiro é integralmente destinado ao desenvolvimento das finalidades institucionais da entidade.

	2023	2022
1506-BA-ATER SDR CONT 017/2019 (BA)	642.282,40	469.803,80
1215-BA-CAR-ATER CAR CONT 182/2021 (BA)	201.124,44	689.035,68
1574-BA-ATER BIOMAS BAHATER	341.484,03	5.075,99
1228-RJ CAPTAÇÃO DE ÁGUAS DE CAXIAS	30.516,79	-
1229-RJ-CONSTRUINDO TERRITORIOS	82.552,38	-
1707-CAPITAL DE GIRO RJ	4.416,00	-
1589-PA-SANEAMENTO ESCOLAS - HPH	78.897,97	-
Totais	1.381.274,01	1.163.915,47

12.2.Recursos Públicos

Registra os recursos públicos para execução de projetos sociais, cuja aplicação está vinculada aos termos dos convênios/contratos assinados e sujeita a prestação de contas. Os valores apresentados referem-se ao montante aplicado em cada exercício, uma vez que eventuais saldos apurados em prestação de contas foram transferidos para o Passivo Circulante-Recursos de projetos em execução (ver nota 9).

Com restrição

	2023	2022
Convênios com órgãos públicos federais	3.801.469,80	3.217.727,35
Convênios com órgãos públicos estaduais	141.223,58	215.270,76
Convênios com órgãos públicos municipais	29.984,16	-
Totais	3.972.677,54	3.432.998,11

12.3.Recursos De Agências Da Cooperação Internacional

Registra os recursos recebidos de agências da cooperação internacional para execução de projetos sociais, cuja aplicação está vinculada aos termos dos contratos assinados e sujeita a prestação de contas. Os valores apresentados referem-se ao montante aplicado em cada exercício, uma vez que eventuais saldos apurados em prestação de contas foram transferidos para o Passivo Circulante-Recursos de projetos em execução (ver nota 9).

Com restrição

	2023	2022
Brot für die Welt	3.658.640,61	5.052.286,01
CCFD	258.555,00	-
Fundação Ford	3.214.452,60	-
Heinrich Boll Stiftung	155.171,25	199.256,00
KZE/Misereor	1.621.776,83	1.234.430,63
Oxfam	0,00	392.968,25
Fundação OAK	13.334,17	315.547,69
Outras doações internacionais	6.147.791,80	4.259.482,12
Totais	15.069.722,26	11.453.970,70

12.4.Receitas Financeiras

Com restrição

	2023	2022
Descontos obtidos	1.550,88	27.212,00
Renda de aluguéis e arrendamentos	35.638,76	6.655,29
Rendimentos de aplicações financeiras	-	2.889.586,56
Imposto de renda retido na fonte	(29.304,42)	(17.306,76)
Imposto sobre operações financeiras	(338,65)	(4.374,45)
Totais	7.546,57	2.901.772,64

Sem restrição

	2023	2022
Rendimentos de aplicações financeiras	1.132.596,74	774.357,95
Totais	1.132.596,74	774.357,95

12.5. Outras Despesas (Receitas)

	2023	2022
Recuperação de despesas	59.545,63	834,32
Ganhos na alienação/baixa do imobilizado	141.000,00	45.000,00
Totais	200.545,63	45.834,32

13. CUSTO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS/ATIVIDADES

Registra os gastos diretos com projetos sociais voltados para a defesa e garantia de direitos, de desenvolvimento urbano, de agroecologia e segurança alimentar e de meio ambiente (atividades fim).

	2023	2022
Custos de pessoal com vínculo empregatício	7.552.677,59	7.253.444,96
Custos de pessoal sem vínculo empregatício	201.158,88	140.151,00
Outros custos de serviços sociais prestados (i)	9.578.618,70	8.671.736,91
Totais	17.332.455,17	16.065.332,87

(i) Comunicação, diárias e outras despesas de viagem, doações e contribuições a projetos comunitários, material de consumo, passagens aéreas, rodoviárias e fluviais, publicações técnicas e outros serviços de terceiros.

14. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Registra as despesas com administração e infraestrutura da entidade (atividades meio).

	2023	2022
Despesas de pessoal com vínculo empregatício	3.097.511,16	2.860.642,13
Despesas de pessoal sem vínculo empregatício	38.131,38	63.501,25
Outras despesas administrativas (i)	1.384.164,39	1.251.611,48
Totais	4.519.806,93	4.175.754,86

(i) Aluguel e condomínio, comunicação, contribuições a entidades de classe, informática, despesas legais e judiciais, condução local, energia elétrica, gás, água e esgoto, manutenção e reparos de bens móveis e imóveis, material de expediente, prêmios de seguros contratados, auditoria e outras despesas.



15. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	2023	2022
Tributos/taxas/contribuições federais	698,11	1.209,72
Tributos/taxas/contribuições estaduais	16.520,12	16.611,76
Tributos/taxas/contribuições municipais	10.788,18	8.655,84
Totais	28.006,41	26.477,32

16. OUTRAS DESPESAS

	2023	2022
Outras perdas	60.516,13	11.346,04
Totais	60.516,13	11.346,04

17. ISENÇÕES USUFRUÍDAS (CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PATRONAIS)

A renúncia fiscal relacionada ao não recolhimento das contribuições previdenciárias patronais está assim demonstrada:

	2023	2022
Contribuição previdenciária, SAT e terceiros (25,4%) - CLT	2.015.107,61	1.932.457,52
Contribuição previdenciária (20%) - Autônomos	35.865,21	35.477,40
Total	2.050.972,82	1.967.934,92

18. SEGUROS

A entidade possui cobertura de seguros sobre os bens do ativo imobilizado, considerados pelos seus gestores, em montante suficiente para cobrir eventuais sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis e, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

19. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A entidade, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. Em 31 de dezembro de 2023, com base na opinião de seus assessores legais e por contar com recursos próprios disponíveis em seu caixa em montante suficiente para honrar os valores envolvidos, a Administração julgou não haver necessidade de constituição de provisões para os processos abaixo relacionados de natureza cível:

✓ Processo com estimativa de perda possível:

1027-53.2016.8.11.0041 – 2ª. Vara Especial da Fazenda Pública Cuiabá/MT – R\$ 1.047.388,88.

01003771820235010002 – 7ª. Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª. Região – R\$ 300.000,00

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS – GERENCIAMENTO DE RISCOS

As transações financeiras existentes envolvem ativos e passivos usuais e pertinentes à atividade econômica da entidade, particularmente aplicações financeiras com vencimentos de curto prazo, contas a receber e contas a pagar. Essas transações são apresentadas no balanço pelos valores de custo, acrescidas das respectivas apropriações de receitas e despesas que, tendo em vista a natureza das transações e os seus períodos de vencimento, se aproximam dos valores de mercado. Durante os exercícios de 2023 e 2022, a entidade não efetuou transações envolvendo instrumentos financeiros na forma de derivativos. A entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: **Risco de crédito** - é o risco de déficit financeiro da entidade caso uma contraparte em qualquer dos instrumentos contratuais falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos seus recebíveis. Historicamente a entidade não tem sofrido perdas relevantes decorrentes da falta de cumprimento de obrigações financeiras com os seus financiadores. **Risco de liquidez** - é o risco de a entidade encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da entidade. **Risco de mercado** - é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio para os recursos recebidos do exterior e taxas de juros das aplicações financeiras, têm nos ganhos auferidos em função do seu portfólio ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Com relação às taxas de juros, a entidade administra os riscos de mercado através de aplicações financeiras em fundos de baixo risco de mercado e com baixa alavancagem financeira, sempre em instituições financeiras de primeira linha. **Estrutura do gerenciamento de risco** - A entidade avalia os riscos nos seus instrumentos financeiros e define quais são os limites apropriados e aceitáveis considerando as suas operações e objetivos.

21. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Os estatutos sociais da Entidade possuem previsão de não remuneração dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal. Assim sendo, a Entidade não concede nenhum tipo de remuneração, vantagem ou benefício, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes forem atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

22. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram após a data de 31 de dezembro de 2023 até a conclusão desta auditoria, eventos que pudessem alterar de forma significativa estas Demonstrações Contábeis. A administração da entidade não identificou nenhum evento relevante que possa vir a modificar as estimativas ou provisões, assim como não identificou nenhum evento relevante relacionado à recuperação de ativos nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023. Não foram feitos ajustes ou quaisquer outros registros que fugissem aos padrões normais.

A administração realiza regularmente procedimentos gerenciais que possibilitam a identificação de eventos que possam impactar a situação financeira da Fase, como o registro tempestivo das operações financeiras, reuniões entre a Direx e a gerência administrativa financeira para análise das ocorrências no âmbito administrativo financeiro e discussão sobre as mudanças conjunturais nacionais e no contexto da cooperação internacional.



23. FATO RELEVANTE

Retorno das atividades presenciais e a situação do país

Em 2023, com toda a equipe imunizada, retornamos ao trabalho presencial.

A instituição não registrou nenhum tipo de perda financeira, patrimonial ou de perspectiva de continuidade no último ano, no entanto, acompanha com preocupação a situação política, econômica e social do país, com constantes ataques a democracia e o aumento da situação de pobreza. A FASE se mantém em constante diálogo com financiadores e parceiros para a construção de ações transformadoras da realidade das comunidades e grupos desfavorecidos.

24. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Apresentamos abaixo informações não auditadas relativas ao perfil funcional, encargos sociais recolhidos e benefícios concedidos aos colaboradores da entidade.

Indicadores do corpo funcional	2023	2022
N.º de colaboradores ao final do período	93	93
N.º de colaboradores admitidos	14	9
N.º de colaboradores demitidos	14	9
N.º de colaboradores com idade acima de 45 anos	52	52
N.º de colaboradores com formação superior	71	68
N.º de mulheres que trabalham na entidade	63	60
N.º de cargos de chefia ocupados por mulheres	10	9
N.º de negros que trabalham na entidade	46	45
N.º de dependentes (plano de saúde em grupo)	26	28
Indicadores sociais internos	R\$	R\$
Encargos sociais (FGTS)	771.318,22	808.921,07
Assistência médica (plano de saúde em grupo)	1.019.311,72	875.530,23
Programa de saúde ocupacional	10.116,40	7.681,38
Auxílio educação/creche	71.164,54	65.796,28
Seguro de vida em grupo	60.706,71	55.408,77
Condução urbana (excedente vale transporte)	28.583,94	19.320,28

Rio de Janeiro, 25 de junho de 2024.

DocuSigned by:

 973935F119A3422...
 Tatiana Dahmer Pereira
 Presidente
 CPF/MF 024.951.757-40

DocuSigned by:

 85E92646AA564EE...
 Valéria Pires Falcão
 Contadora CRC/RJ 097792/O-7
 CPF/MF 916.338.427-20



Associados Efetivos

Benedito Roberto Barbosa
Cândido Grzybowski
Yves Lesbaupin
Lúcia Maria Xavier de Castro

•

Conselho Deliberativo

Presidente

Tatiana Dahmer Pereira

Vice-Presidente

Leilah Landim Assumpção

1ª Secretário

André Pacheco Teixeira Mendes

2ª Secretário

Leila de Andrade Linhares Barsted

3ª Secretário

Fatima Vianna Mello

Suplentes

Adhemar dos Santos Mineiro
Renato Sergio Maluf
José Sergio Leite Lopes
Generosa de Oliveira da Silva

•

Conselho Fiscal

Carlos Bernardo Vainer
Paulo Frederico Petersen
Ricardo Gouveia Corrêa

Suplente

Breno Bringel
Silvio Caccia Bava
Vanessa Schottz Rodrigues

•

Diretoria Executiva

Diretor Executivo Nacional

Letícia Rangel Tura

Diretor Executivo Adjunto

Evanildo Barbosa da Silva